

DIVIDIR O BOLO: Analistas defendem urgência na adoção de políticas de distribuição de renda

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Ante as evidências de que haverá uma massa de trabalhadores sem ocupação nas próximas semanas, analistas defendem urgência na adoção de políticas redistributivas de renda. As consequências para o mercado de trabalho e o aumento da desigualdade devido ao impacto da pandemia do coronavírus ainda são difíceis de mensurar com precisão, segundo especialistas. Pelas estimativas de Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, a taxa de desemprego voltará a crescer no Brasil, podendo ultrapassar 13%, mas os dados não serão muito confiáveis, porque as pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estarão defasadas em razão da limitação de recursos e de pessoas para as pesquisas nos domicílios. Gustavo Arruda, economista-chefe do BNP Paribas para o Brasil, reconhece que o desemprego pode chegar a 13,5% neste ano, mas alerta para a situação dos cerca de 30 milhões a 40 milhões de trabalhadores informais ou autônomos que podem ficar sem trabalho se a economia ficar paralisada por vários meses. Para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, a taxa de desocupação neste ano vai chegar a 13,5%. Ele também reconhece que um contingente não poderá ser medido, devido às limitações das pesquisas do IBGE; à redução das entrevistas domiciliares; e ao fato de que o desemprego é medido pelo número de pessoas que saíram de casa para procurar trabalho e não acharam. “A renda média do trabalhador poderá cair perto de 10% no ano, e o país corre o risco de continuar registrando uma recuperação lenta como vinha ocorrendo nos últimos anos”, avalia. Nos Estados Unidos, atual epicentro dos contágios no mundo, em apenas uma semana de paralisação e confinamento social, houve um salto recorde de 3,3 milhões de pedidos de seguro-desemprego. “Esse dado acende um alerta para o fato de que muitos empregos serão destruídos”, avalia Alberto Ramos, economista-chefe do Goldman Sachs para América Latina. Renda básica Mas analistas reconhecem que, no caso do Brasil, a desigualdade no país vinha crescendo após a recessão de 2015 e 2016. Conforme dados da FGV Social, a recuperação lenta da economia e os desajustes no Bolsa Família dos últimos cinco anos significaram um fardo nos ombros dos mais pobres. Além disso, quase não contribuiu para a questão fiscal do país e ainda desprotege os brasileiros mais vulneráveis durante um período de crise econômica. Por essa razão, há um aumento expressivo de especialistas e governos em torno de uma rede de proteção social para os informais e mais pobres, nos moldes do projeto de renda mínima para todos. Analistas de diferentes linhas de teoria econômica estão convergindo as opiniões para a formatação, o quanto antes, de um programa de renda básica universal, lembra a economista Monica de Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics (PIIE). Ela prevê uma recessão profunda no Brasil, com queda de 6% no PIB deste ano, e avalia como positivas as respostas das autoridades, embora tardias. Ela cita como exemplo a aprovação do coronavoucher para até R\$ 1,2 mil. A matéria precisa ser aprovada pelo Senado, e ainda há o receio sobre a velocidade da implementação do benefício. Esse recurso tem de chegar com velocidade a quem necessita. “É preciso agir mais rápido”, avalia. Para Monica, ainda não dá para mensurar o provável aumento de desigualdade em um ambiente recessivo. “Mas, se as medidas de proteção social forem feitas corretamente e, principalmente, mantidas, acho que os países vão passar a ter um programa de renda básica universal. Com uma tributação mais progressiva para financiar isso, teremos uma redistribuição de renda. Acho que estamos caminhando para isso depois da crise”, aposta, em tom otimista.



